

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 04/2010 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**ACTA N.º 04/2010 DE 18 DE FEVEREIRO**

----- Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, nesta Vila-Sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a quarta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presente a Sr.ª Vereadora a Tempo Inteiro, Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, e os Vereadores em regime de não permanência, Manuel Marques Custódio, Dr.ª Ana Cristina Ribeiro dos Santos e Dr. Avantino Loureiro Beleza. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quinze minutos, e verificando-se estar presente toda a Vereação, tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, cuja ordem do dia foi oportunamente remetida nos termos legais. -----

----- INFORMAÇÕES -----**----- a) Comemorações do Feriado Municipal de 2 de Março. -----**

----- O Sr. Presidente informou terem sido já remetidos os convites para as comemorações do Feriado Municipal a diversas individualidades, com o respectivo programa, incluindo aos Srs. Vereadores. Do programa das comemorações, para além da tradicional Missa na Igreja Matriz de Vila Nova de Paiva em memória dos autarcas e funcionários falecidos, que conta com a participação do Grupo Coral *Redemptoris Mater*, consta uma Sessão Solene que irá decorrer pelas onze horas no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida por Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, Dr. José Junqueiro, com a presença de Sua Excelência o Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, Dr. Miguel Ginestal, durante a qual se irá proceder à condecoração de funcionários do Município e homenagear a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva pelos seus 35 anos ao serviço do Município. Da parte da tarde irá ter lugar a inauguração do “*Centro Municipal de Marcha e Corrida*” de Vila Nova de Paiva na Zona I do Parque Botânico *Arbutus do Demo*. -----

----- b) Microgeração em edifícios municipais. -----

----- O Sr. Presidente informou que está em preparação a celebração de um protocolo entre a Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões (CIMRDL) e a empresa Martinfer, S.A., tendo em vista promover a microgeração de electricidade em edifícios municipais. Para o efeito cada município que integra a CIMRDL e que adira ao protocolo seleccionará entre cinco a dez edifícios para instalação de painéis solares fotovoltaicos e ou

micro-eólicas para produção eléctrica. Oportunamente apresentará ao Executivo o referido Protocolo para apreciação e decisão. -----

-----Sobre o assunto o Sr. Vereador Avantino Beleza manifestou que seria importante promover a microgeração de electricidade junto de outros eventuais interessados, particulares e empresas. -----

----- **c) Minas do Rebentão da Lousadela, Queiriga.** -----

-----O Sr. Presidente informou que teve uma reunião na semana passada, na Câmara Municipal, com representantes da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., da Felmica, S.A., concessionária das minas do Rebentão e da Construtora Abrantina, tendo em vista discutir a situação das referidas minas. Informou que irá ser executado o plano de segurança das minas, da responsabilidade da EDM, S.A. e da Felmica, S.A.. -----

-----O Sr. Vereador Manuel Custódio interveio sobre este assunto, tendo manifestado que, conforme era sua orientação enquanto Presidente da Câmara no anterior mandato, o aproveitamento turístico das minas do Rebentão seria um projecto que representaria uma grande mais-valia para o Município. No entanto parece não ser essa agora a orientação do Sr. Presidente. Poderia inclusive ser feito um museu mineiro que reflectisse todo o historial das minas. -----

-----A este propósito, o Sr. Vereador Avantino Beleza incentivou o Sr. Presidente da Câmara a fazer bem aquilo que há para fazer no âmbito das minas do Rebentão. -----

----- **d) Empreitada do Parque Desportivo Municipal de Vila Nova de Paiva.** -----

-----O Sr. Presidente informou que foi formulado pedido ao Gestor do POVT – Programa Operacional Valorização do Território, programa que co-financia a empreitada em epígrafe conforme contrato de financiamento oportunamente celebrado, tendo em vista a revisão do projecto e orçamento da obra face às difíceis condições financeiras da Câmara Municipal, nomeadamente para alterar as dimensões do campo de futebol, adaptando para eventos oficiais, bem como a diminuição da volumetria dos balneários previstos. -----

-----A este propósito o Sr. Vereador Manuel Custódio manifestou a opinião que os balneários nos termos previstos no projecto é que marcam a diferença em relação a outros campos de futebol de concelhos limítrofes. Foi essa a orientação que tomou enquanto Presidente da Câmara no anterior mandato. O Sr. Presidente deveria ponderar bem a situação. -----

----- **e) Reunião/Encontro sobre Protecção Civil.** -----

-----O Sr. Presidente informou que na semana passada decorreu uma reunião/encontro sobre Protecção Civil no Salão Nobre da Câmara Municipal, entre responsáveis distritais e concelhios da área de protecção civil, que contou com a presença de Sua Excelência o Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, Dr. Miguel Ginestal. -----

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 04/2010 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

----- Após as informações prestadas pelo Sr. Presidente, usaram da palavra os membros da Vereação, tendo colocado algumas questões. -----

----- **Vereador Manuel Custódio:** -----

----- Questionou o Sr. Presidente sobre se teve conhecimento do encontro entre o Director Regional da EP - Estradas de Portugal e os presidentes de câmara de Castro Daire e Cinfães para tratar de assuntos relacionados com a EN 225, que atravessa também o nosso concelho.

----- O Sr. Presidente referiu ter conhecimento da situação. -----

----- O Sr. Vereador informou também que em relação ao processo da Ruvilfer, L.da, irá apresentar em próxima reunião requerimento para apoio judiciário, dado ter sido constituído arguido no processo, que lamenta, visto que, enquanto Presidente da Câmara no anterior mandato, sempre actuou de boa-fé com a referida firma. -----

----- **Vereadora Ana Cristina Santos:** -----

----- Solicitou ao Sr. Presidente para que sejam inseridas com mais celeridade as actas dos órgãos autárquicos no portal oficial da Câmara Municipal, dado que a última acta ali constante é de Dezembro de 2009. -----

----- Entendeu também a Sr.ª Vereadora congratular O Carnaval das Escolas da iniciativa do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, e o Carnaval do Touro da iniciativa da Associação Cultural e Recreativa Tourense, no qual o Sr. Presidente até participou como figurante. Manifestou ainda que em próximas edições deveria aproveitar-se para promover a figura e a obra de Aquilino Ribeiro. -----

----- A propósito da referência a Aquilino Ribeiro, o Sr. Presidente informou que faleceu a Dr.ª Josefa, esposa do falecido juiz conselheiro e filho de Aquilino Ribeiro, fundador da Fundação Aquilino Ribeiro sediada em Soutosa, município de Moimenta da Beira. -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza aproveitou também para informar os presentes sobre o historial da Fundação dado que, na época, aquando Presidente da Câmara, participou em vários encontros e reuniões sobre o assunto, com os presidentes de câmara de Moimenta da Beira e de Sernancelhe. -----

----- A Sr. Vereadora Ana Cristina Santos informou também de algumas iniciativas levadas a efeito no anterior mandato, enquanto Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara, tendo em vista formular soluções para a dinamização da Fundação Aquilino Ribeiro. -----

----- Passou-se então à análise da “**Ordem do Dia**”, oportunamente enviada ao Executivo nos termos legais: -----

----- **1-** Apreciação e votação do texto definitivo da acta da reunião ordinária do dia 04 Fevereiro de 2010, aprovada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta da referida reunião. -----

----- **OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a)** Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada no período compreendido entre o dia 18 e 25 de Janeiro de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Constituição de compropriedade de prédios rústicos**, sítos nos Lugares de Moradia, Lameirinho e Ribeiro, na Póvoa Freguesia de Touro, inscritos na respectiva matriz predial rústica sob os artigos N.º 4424, 11547 e 13309 – Requerente: Daniel dos Santos Rebelo – Informação N.º JF-057/DUA/2010, de 29.01.2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com a informação e dar parecer favorável à constituição da compropriedade dos prédios rústicos em causa. -----

----- **c) Constituição de compropriedade de prédio rústico**, sítio no Lugar de Passarinho, na Freguesia de Touro, inscrito na respectiva matriz predial rústica sob o artigo N.º 9004 – Requerente: Manuel Lacerda Soares – Informação n.º JF-060/DUA/2010, de 01.02.2010. ---

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade concordar com a informação e dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico em causa. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2010.** -----

----- Com o Mapa de Pessoal foi presente Proposta de aprovação do Sr. Presidente da Câmara, datada de 10 de Fevereiro, do seguinte teor: -----

----- *Com a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, doravante designada de LVCR, com a rectificação que lhe foi introduzida pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril, e alteração introduzida pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, foram estabelecidos os novos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.* -----

----- *Por sua vez, em Anexo à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foi aprovado o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009.* -----

----- *Assim, desde 1 de Janeiro de 2009, por força do art.º 10.º da LVCR e entrada em vigor do RCTFP, no âmbito da administração autárquica e a partir da referida data, a relação jurídica de emprego público somente poderá constituir-se por Contrato de Trabalho em Funções Públicas (art.ºs 9.º, n.ºs 1 e 3, 20.º e 21.º, da LVCR) ou em Comissão de Serviço (art.º 9.º, n.º 4, da LVCR).* -----

----- *O contrato de trabalho em funções públicas reveste as modalidades de contrato por tempo indeterminado e de contrato por tempo determinado (a termo resolutivo, certo ou incerto).* -----

----- *A comissão de serviço aplicar-se-á somente quando se trate do exercício de cargos não inseridos em carreiras, designadamente dos dirigentes, ou para frequência de*

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 04/2010 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

formação específica ou aquisição de grau académico ou de certo título profissional antes do período experimental, em ambos os casos por parte de quem seja sujeito de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado constituída previamente. -----

----- À data de 1 de Janeiro de 2009 operaram-se nesta Câmara Municipal as transições dos actuais trabalhadores para as novas carreiras gerais previstas no art.º 49.º da LVCR – técnico superior, assistente técnico e assistente operacional – em conformidade nomeadamente com as regras de transição previstas nos art.ºs 95.º a 100.º da LVCR e disposições do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho, conforme Lista Nominativa de transições oportunamente aprovada e publicitada, sem prejuízo da manutenção das carreiras não revistas. -----

----- Ainda com a entrada em vigor da LVCR, foram revogadas todas as disposições legais que tenham aprovado ou alterado os quadros de pessoal dos órgãos e serviços a que aquela lei se aplica (alínea a), do art.º 116.º), ou seja, foram revogados também os quadros de pessoal que vigoravam dos municípios. -----

----- O quadro de pessoal que vigorava neste Município foi o aprovado em anexo ao Aviso n.º 128/2004 publicado no Apêndice n.º 3/2004 ao Diário da República n.º 6, 2.ª Série, de 8 de Janeiro de 2004. -----

----- Com a nova gestão dos recursos humanos introduzida pela LVCR, passaram a ser elaborados mapas de pessoal anuais. De acordo com o art.º 5.º da LVCR, os mapas de pessoal são listas dos postos de trabalho necessários para a prossecução e o exercício das atribuições e competências e para a realização de objectivos dos serviços, deles devendo constar o número de postos de trabalho por tempo indeterminado e a termo resolutivo, devendo a orçamentação e gestão das despesas com pessoal ter em atenção os dispositivos previstos no art.º 7.º da LVCR. -----

----- Para o ano de 2009 e seguintes, as Autarquias Locais passaram a ter que elaborar anualmente mapas de pessoal nos termos do disposto nos art.ºs 4.º e 5.º da LVCR. -----

----- De acordo com o art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, diploma que adaptou a LVCR à administração autárquica, os municípios dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, pela assembleia municipal, sob proposta das câmaras municipais. -----

----- O Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal para o ano de 2009 foi aprovado pela Assembleia Municipal em 23.12.2008, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 03.12.2008. -----

----- Conforme cadastro do pessoal em funções, a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva conta actualmente com 81 (oitenta e um) trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e 56 (cinquenta e seis)

trabalhadores em regime de contrato de trabalho por tempo determinado (termo resolutivo certo). -----

-----Dos postos de trabalho ocupados a termo resolutivo certo, constata-se que, na sua generalidade, correspondem a necessidades permanentes dos serviços. -----

-----Nessa medida, o Mapa de Pessoal anexo, a aprovar com a proposta de Orçamento para o ano de 2010, reflecte a necessidade de criação de postos de trabalho a ocupar por tempo indeterminado, mediante procedimento concursal, tendo contudo que manter-se os postos de trabalho ocupados a termo resolutivo certo, que serão considerados extintos à medida que forem ocupados os correspondentes postos de trabalho a ocupar por tempo indeterminado. -----

-----Assim, em conformidade com a alínea b), do n.º 2, do art.º 53.º da Lei das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, juntamente com a Proposta de Orçamento para 2010, a aprovação do Mapa de Pessoal anexo para vigorar no exercício de 2010, a fim de ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, de harmonia com a alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro.”-----

*-----**DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por maioria absoluta, com voto contra da Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos e abstenção do Sr. Vereador Manuel Custódio, aprovar o Mapa de Pessoal para 2010. -----*

-----Justificação de voto: a Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos justificou a sua posição afirmando que o número de postos de trabalho criados para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado é manifestamente exagerado. Entende que deveria estar em causa, em primeiro lugar, a situação dos trabalhadores contratados a termo resolutivo certo cuja situação contratual se enquadra no n.º 4 do art.º 14.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro. -----

-----O Sr. Vereador Manuel Custódio afirmou que não recebeu o mapa, pelo que não o analisou. Contudo, pela discussão do mesmo, concorda genericamente com que a Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos disse: estarem a colocar todos os trabalhadores (56) que se encontram com contrato a termo resolutivo certo "no mesmo saco". Aceita que trabalhadores cujos contratos não sejam passíveis de renovação, passem a contrato por tempo indeterminado, desde que devidamente justificada a sua necessidade. Os que ainda têm contratos com alguns anos do seu término deverão ser apreciados, somente a poucos meses da sua caducidade. Verifica-se assim, da parte do Sr. Presidente, e desde muito cedo, o pagamento de promessas eleitorais. -----

*----- **b) Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR), para o quadriénio de 2010/2013 e Proposta de Orçamento para o ano financeiro de 2010. -----***

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 04/2010 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

----- Para efeitos da fixação do montante máximo de encargos com alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores em funções vinculados em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, o Sr. Presidente apresentou proposta datada de 10 de Fevereiro do seguinte teor, com reflexos na Proposta de Orçamento que, embora devendo ter sido apresentada em reunião anterior, é agora apresentada: -----

----- *“Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, diploma que adaptou à administração autárquica a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (doravante LVCR), rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril, e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, compete à Câmara Municipal decidir sobre o montante máximo dos encargos com alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores em exercício de funções, tendo em consideração as verbas orçamentais destinadas para o efeito, sendo que, de acordo com o art.º 7.º, n.º 1, do referido Decreto-lei n.º 209/2009, aquela deliberação fixa, fundamentadamente, aquando da elaboração do orçamento, o montante máximo, com as desagregações necessárias, dos encargos que a Câmara Municipal se propõe suportar, bem como o universo de carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento remuneratório na categoria podem ter lugar.* -----

----- *A alteração de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores em exercício de funções compreende:* -----

----- *a) A alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (n.º 6 do art.º 47.º e art.º 113.º, ambos da LVCR);* -----

----- *b) A alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (n.ºs 2 e 3 do art.º 46.º, e art.º 113.º, ambos da LVCR, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro).* -----

----- *Nesta conformidade, relativamente a cada uma das matérias acima indicadas, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, nos termos e para os efeitos previstos na alínea b), do n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a aprovação dos seguintes montantes máximos dos encargos com alterações de posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores desta Câmara Municipal em funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme previsto na Proposta de Orçamento para o ano de 2010, e com a seguinte fundamentação:* -----

----- ***I – Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório.*** -----

----- *Por não se prever verificarem-se os pressupostos legais, no ano de 2010, para a alteração obrigatória de posicionamento remuneratório nos termos previstos no n.º 6 do art.º 47.º da LVCR, não foi definida dotação de verba para esse efeito na Proposta de*

Orçamento para o exercício de 2010 a submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva.-----

-----**II – Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária.**-----

----- Tendo em consideração as actividades já realizadas e as previstas para o ano de 2010, cuja prossecução implica o envolvimento e empenhamento de todos os trabalhadores da Câmara Municipal, bem como o esforço exigido aos trabalhadores no sentido da melhoria da qualidade dos serviços, no contexto de profundas mudanças na Administração Pública e a necessidade de manter e elevar a motivação dos trabalhadores, nomeadamente com recompensa de mérito por eles evidenciado; -----

----- Considerando assim ser necessário promover uma equilibrada gestão de recursos humanos, de que pensamos dever destacar, de entre outras não menos importantes, a valorização profissional (e económica) dos trabalhadores, por um lado, e a correspondente exigibilidade de um acréscimo de complexidade e responsabilidade no desempenho profissional, por outro; -----

----- Face ao impacto redutor do novo quadro legislativo sobre os vínculos, carreiras e remunerações, plasmado na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, introduzindo fortes medidas restritivas a nível da ascensão nas carreiras dos trabalhadores da administração pública, julga-se deverem ser promovidas medidas equitativas e justas que permitam enquadrar a mudança de posicionamento remuneratório relativamente aos trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, que não foram englobados nos processos de acesso na carreira promovidos nomeadamente no ano de 2008, bem como aqueles que, estando inseridos nas anteriores carreiras unicategoriais das anteriores carreiras de pessoal auxiliar e de pessoal operário, se encontram desde há vários anos posicionados no mesmo escalão indiciário; -----

----- Nesta conformidade, propõe-se que sejam integrados no universo das alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária, por aplicação conjugada do n.º 1 do art.º 47.º e n.º 1 do art.º 113.º, ambos da LVCR, conjugados com os n.ºs 2 e 3 do art.º 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva em funções em 1 de Janeiro de 2010, constante da proposta de Mapa de Pessoal para 2010, que se encontrem integrados em categorias das carreiras do regime geral de assistente técnico e de assistente operacional em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado que, relativamente ao tempo decorrido desde o último posicionamento remuneratório em que se encontram (que poderá retroagir no máximo até 2004) tenham acumulado nas últimas avaliações de desempenho, referido às funções desenvolvidas, as seguintes menções, ou tenham acumulado o número de pontos equivalente nos termos do n.º 7 do art.º 113.º da LVCR: ----

----- . Duas menções máximas (Excelente) consecutivas; -----

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 04/2010 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

----- . Três menções máximas (Muito Bom) consecutivas; -----
 ----- . Cinco menções máximas imediatamente inferiores (Bom) às referidas na alínea anterior, desde que consubstanciem desempenho positivo consecutivo. -----
 ----- Propõe-se o montante máximo até € 31.065,00 (trinta e um mil e sessenta e cinco euros) de encargos com o referido universo de trabalhadores a abranger na alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária, conforme previsto na Proposta de Orçamento para 2010, que representam, em termos anuais, os seguintes acréscimos de remuneração-base (e nos subsídios de férias e de Natal), por carreira/categoria, a processar com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2010, após aprovação do Orçamento Municipal para 2010: -----

| Carreira | Categoria | Remuneração-base | Subs. Férias e Natal |
|------------------------|------------------------|------------------|----------------------|
| Assistente Técnico | Coordenador Técnico | € 5.313,96 | € 885,66 |
| Assistente Técnico | Assistente Técnico | € 782,76 | € 130,46 |
| Assistente Operacional | Assistente Operacional | € 20.529,96 | € 3.421,66 |

----- Após aprovação do orçamento municipal para 2010 será apresentada à Câmara Municipal listagem dos trabalhadores abrangidos pela presente proposta de alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária. -----

----- De referir que, de acordo com o disposto no art.º 4.º e art.º 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, compete à Câmara Municipal a gestão dos recursos humanos em função do mapa de pessoal, bem como a respectiva orçamentação e gestão das despesas com pessoal, pelo que, após aprovação do Mapa de Pessoal e Orçamento Municipal pela Assembleia Municipal, e no prazo de 15 dias após o início da execução do orçamento, será apresentada proposta tendo em vista a Câmara Municipal decidir sobre o montante máximo de encargos com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado, bem como com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores (tal encargo não se encontra previsto para o ano de 2010, dado não ter ainda sido implantado o sistema de avaliação de desempenho). ” -----

O Sr. Chefe da DAF informou que para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, o montante efectivo a considerar na rubrica orçamental de despesa 01.02/01.01.04.03 – “Alterações facultativas de posicionamento remuneratório” deverá ser de € 26.627,00, visto que o montante indicado de € 31.065,00, contempla também uma verba de cerca de € 4.438,00 referente aos subsídios de férias e de Natal que serão considerados em outra rubrica orçamental (01.02/01.01.14). Terá havido um lapso na distribuição orçamental das verbas máximas agora propostas. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos, aprovar a

proposta do Sr. Presidente, de fixação, para 2010, do montante máximo de encargos com alterações do posicionamento remuneratório na categoria, de trabalhadores em exercício de funções vinculados em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado. -----

----- De seguida o Sr. Presidente fez uma apresentação das Grandes Opções do Plano (GOP) para o respectivo mandato e Orçamento para o ano em curso, fornecendo à Vereação cópia de um documento de “Nota Introdutória”, na qual se faz referência às opções e projectos mais relevantes. -----

----- O montante global da receita e despesa orçamentada ascende a mais de doze milhões de euros. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por maioria absoluta, com abstenção dos Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos, aprovar as Grandes Opções do Plano (GOP) para o mandato de 2010/2013 e Proposta de Orçamento para o exercício de 2010, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva. -----

----- Justificação de voto: os Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos apresentaram justificação de voto do seguinte teor: -----

“Abstemo-nos por entendermos, quanto ao Orçamento, que o mesmo é desajustado da realidade do nosso Concelho, sendo superior a 12 milhões de Euros, quando nunca tal aconteceu! Receitas "fictícias" exageradas, sem rigor e despesista. Curioso e ao mesmo tempo ridículo é o que se propõe para a cultura, 1.250 €. As despesas com pessoal irão aumentar cerca de 116.000 €. As despesas correntes são, em muito, superiores às despesas de capital. Afinal onde está a contenção? Em relação ao Plano, nada de novo; pelo contrário, um plano à moda antiga, ou seja a política do paralelo e da manilha. Sem qualquer visão estratégica de desenvolvimento, quando temos grandes potencialidades de nos afirmarmos na região, através do turismo ambiental, refiro-me ao projecto da Rota da Água, para o qual já tínhamos um financiamento de 600.000€ e para as Minas da Queiriga 430.000€. Apresenta um projecto de rota da água concelhio para agradar aos Presidentes de Junta, que nada mais vai ser do que limpezas das margens para os pescadores poderem pescar, o que também é preciso, sem dúvida. É um Plano paupérrimo. Coitados de todos nós! Damos o benefício da dúvida, abstendo-nos.” -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza chamou a atenção do Sr. Presidente para o património municipal edificado, nomeadamente para a necessidade de recuperação do antigo centro de saúde. -----

----- **c) Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)** – Por Circular N.º 15/2010-CC, de 22.01.2010, registada em 25.01.2010, solicitam apoio da Câmara Municipal à Institucionalização do Poder Local Democrático em Timor-Leste. -----

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 04/2010 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de duzentos e cinquenta euros. -----

----- **d) Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Paiva** – Por ofício n.º 10/2010, de 03.02.2010, registado em 04.02.2010, dão conhecimento da aquisição de uma nova ambulância e solicitam atribuição de um subsídio para ajudar a custear a mesma. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de dez mil euros. -----

----- **e) Associação de Solidariedade Social Alvorada na Serra, de Pendilhe** – Por ofício n.º 01/PD/2010, de 04.01.2010, registado em 03.02.2010, no âmbito de protocolo celebrado, solicitam subsídio para a formação de transportes colectivos crianças, de dois trabalhadores daquela instituição. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a concessão de um subsídio no montante de duzentos e setenta e dois euros. -----

----- **f) Designação de Novos Representantes do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro de Vila Nova de Paiva.** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 08 de Fevereiro de 2010, oportunamente remetida à Vereação, do seguinte teor: -----

----- *“De acordo com o art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, diploma que aprovou o novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, o Conselho Geral é o órgão de direcção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, prevendo-se na sua composição, de acordo com o n.º 2 do art.º 12.º do mesmo diploma, a existência de representantes do Município, em número a definir no regulamento interno de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada;* -----

-----*Na alínea d), do n.º 1, do art.º 7.º, do Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro de Vila Nova de Paiva (que integra a Escola EB 2/3 e todas as Escolas do 1.º CEB e Jardins de Infância da área do Município), na composição do Conselho Geral do Agrupamento prevêem-se 2 (dois) representantes do Município;* -----

-----*O mandato dos membros do Conselho Geral tem a duração de quatro anos (n.º 1 do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 75/2008);* -----

-----*De harmonia com o n.º 3 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, compete à Câmara Municipal designar os representantes do Município no Conselho Geral, podendo delegar tal competência nas juntas de freguesia;* -----

-----A Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, por deliberação tomada na reunião ordinária que teve lugar no dia 2 de Setembro de 2009, designou como representantes do Município no referido Conselho Geral (definitivo), para o respectivo quadriénio, o Sr. Dr. Henrique Gomes Morgado, na época Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, e a Sr.ª Dr.ª Ana Cristina Ribeiro dos Santos, na época Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara; -----

-----Considerando a necessidade de imprimir uma nova dinâmica na actividade municipal em geral e, em particular, no domínio da Educação, decorrente dos resultados das recentes eleições gerais autárquicas, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, e com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2010: -----

-----1.º) A exoneração do Sr. Dr. Henrique Gomes Morgado e da Dr.ª Ana Cristina Ribeiro dos Santos, como representantes do Município no referido Conselho Geral; -----

-----2.º) A designação dos seguintes dois novos representantes do Município, que concluirão o mandato em curso no referido Conselho Geral: -----

----- Dr. Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva; -----

----- – Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro da Câmara Municipal.” -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos, aprovar a proposta do Sr. Presidente. –

----- Justificação de voto: os Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos apresentaram justificação de voto do seguinte teor: -----

“Pelo facto de ter sido aqui explanada na última reunião, plasmada na acta número 03/2010 de 4 de Fevereiro, pela Vereadora Ana Cristina Santos a sua indignação perante a atitude do Sr. Presidente José Morgado, que teima em pautar-se pela incongruência sistemática relativamente ao que disse enquanto Vereador em regime de não permanência e que diz agora na qualidade de Presidente e enquanto governante. -----

Assim passamos a explicar: a propósito deste assunto e quando questionado em reunião ordinária do dia 16 de Julho de 2008, acta número 14/2008, de 16 de Julho, e a propósito da indicação dos membros para o Conselho Geral das Escolas, o mesmo na altura ocupando o cargo de Vereador, José Morgado, apresentou declaração de voto abstendo-se, justificando do seguinte modo: “Entendemos que ao serem nomeados os elementos propostos pelo Sr. Presidente, em representação da autarquia para o Conselho Geral transitório, o mesmo é extremamente politizado e aqueles elementos não exercem qualquer actividade, ligada à educação”. -----

Foi esta a declaração de voto apresentada pelo Dr. José Morgado, na altura. -----

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 04/2010 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

Cumpre-nos fazer os seguintes registos: -----

Pergunta-se e é caso para dizer, parafraseando o Dr. José Morgado, que ligação tem com a educação qualquer um dos elementos propostos neste momento? -----

Ou será que existe uma dualidade de pensamento e de acção enquanto Vereador em regime de não permanência e actualmente na qualidade de Presidente? -----

É de lamentar a posição da Sra. Vereadora Delfina Gomes, pelo facto de ter manifestado total desconhecimento relativamente à composição dos conselhos gerais das escolas confundindo inclusive com o Conselho Municipal da Educação; -----

Por último, entendemos que o executivo municipal, órgão competente na matéria, foi totalmente desrespeitado, uma vez que foram indicados pelo Sr. Presidente os elementos que iriam integrar os conselhos gerais das escolas, sem ter sido apresentada proposta à Câmara e tiveram a veleidade de participar em reuniões sem que previamente fossem exonerados os anteriores. -----

Em conclusão, consideramos nulos à luz da lei os actos produzidos à data pelos mesmos.”-----

----- g) Designação dos Representantes do Município no Conselho Geral da Escola Secundária de Vila Nova de Paiva. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 08 de Fevereiro de 2010, oportunamente remetida à Vereação, do seguinte teor: -----

----- “De acordo com o art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, diploma que aprovou o novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, o Conselho Geral é o órgão de direcção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, prevendo-se na sua composição, de acordo com o n.º 2 do art.º 12.º do mesmo diploma, a existência de representantes do Município, em número a definir no regulamento interno de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada; -----

-----Na alínea e), do n.º 1, do art.º 5.º, do Regulamento Interno da Escola Secundária/3 de Vila nova de Paiva (escola não agrupada), na composição do Conselho Geral da Escola prevêem-se 3 (três) representantes do Município; -----

O mandato dos membros do Conselho Geral tem a duração de quatro anos (n.º 1 do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 75/2008); -----

-----De harmonia com o n.º 3 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, compete à Câmara Municipal designar os representantes do Município no Conselho Geral, podendo delegar tal competência nas juntas de freguesia; -----

-----Considerando a necessidade de designar, para o mandato em curso, os representantes do Município no Conselho Geral (definitivo) da Escola Secundária/3, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, e com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2010, a designação dos seguintes três representantes: -----

– Dr. Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva; -----

– Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro da Câmara Municipal. --

– Dr. Hugo Filipe Afonso Trindade, Membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com votos contra dos Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos, aprovar a proposta do Sr. Presidente. –

----- Justificação de voto: os Srs. Vereadores Manuel Custódio e Ana Cristina Santos apresentaram justificação de voto do seguinte teor: -----

“Pelo facto de ter sido aqui explanada na última reunião, plasmada na acta número 03/2010 de 4 de Fevereiro, pela Vereadora Ana Cristina Santos a sua indignação perante a atitude do Sr. Presidente José Morgado, que teima em pautar-se pela incongruência sistemática relativamente ao que disse enquanto vereador em regime de não permanência e que diz agora na qualidade de Presidente e enquanto governante. -----

Assim passamos a explicar: a propósito deste assunto e quando questionado em reunião ordinária do dia 16 de Julho de 2008, acta número 14/2008, de 16 de Julho, e a propósito da indicação dos membros para o Conselho Geral das Escolas, o mesmo na altura ocupando o cargo de Vereador, José Morgado, apresentou declaração de voto abstendo-se, justificando do seguinte modo: “Entendemos que ao serem nomeados os elementos propostos pelo Sr. Presidente, em representação da autarquia para o Conselho Geral transitório, o mesmo é extremamente politizado e aqueles elementos não exercem qualquer actividade, ligada à educação”. -----

Foi esta a declaração de voto apresentada pelo Dr. José Morgado, na altura. -----

Cumpre-nos fazer os seguintes registos: -----

Pergunta-se e é caso para dizer, parafraseando o Dr. José Morgado, que ligação tem com a educação qualquer um dos elementos propostos neste momento; -----

Ou será que existe uma dualidade de pensamento e de acção enquanto Vereador em regime de não permanência e actualmente na qualidade de Presidente; -----

É de lamentar a posição da Sra. Vereadora Delfina Gomes, pelo facto de ter manifestado total desconhecimento relativamente à composição dos conselhos gerais das escolas confundindo inclusive com o Conselho Municipal da Educação.” -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

| | |
|-------------------------|-----------|
| Acta N.º 04/2010 | |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 35 | |

